

**TURISMO, ÁREAS PROTEGIDAS E INCLUSÃO SOCIAL:
diálogos entre saberes e fazeres**

***TOURISM, PROTECTED AREAS AND SOCIAL INCLUSION:
dialogues between knowledge and action***

Adriana da Rocha Silva Dutra*

IRVING, Marta de Azevedo; RODRIGUES, Camila Gonçalves de Oliveira; RABINOVICI, Andrea; COSTA, Helena Araújo (Orgs.). **Turismo, áreas protegidas e inclusão social: diálogos entre saberes e fazeres.** Rio de Janeiro: Ed. Folio Digital; Letra e Imagem, 2015, 292p.

Com o intuito de promover reflexões críticas sobre a temática, a obra *Turismo, áreas protegidas e inclusão social: diálogo entre os saberes e fazeres* orbita sobre reflexões interdisciplinares no processo de construção das políticas públicas relacionadas à inclusão social, por meio de diálogos com a prática do turismo em áreas de proteção ambiental.

O livro foi produzido por pesquisadores e profissionais especializados de reconhecimento nacional e internacional que compõem a Rede Turismo, Áreas Protegidas e Inclusão Social – TAPIS. É um desdobramento da ação de fomento à publicação da Rede, voltada à produção de um arcabouço teórico produzido a partir de um diálogo entre o saber acadêmico e o saber popular, visando contribuir de forma a aproximar a teoria da prática neste relevante segmento nos cenários nacional e internacional como uma das estratégias para a conservação da biodiversidade e cultura local.

Vinculada ao Grupo de Pesquisa em Governança, Biodiversidade, Áreas Protegidas e Inclusão Social, GAPIS/Lattes CNPq, coordenado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Rede TAPIS foi criada em 2005. Formada por professores universitários, pesquisadores de pós-graduação, gestores públicos e interlocutores da sociedade civil, surge de questionamentos em relação às funções da universidade e seu papel social “potencial como liderança no processo de construção coletiva e difusão de conhecimento qualificado para a sociedade” (IRVING *et*

* Presidente do Conselho Municipal de Turismo da cidade de Bom Jardim, Rio de Janeiro/Brasil. Especialista em Turismo Sustentável pelo CEFET-RJ/Brasil. E-mail: adrianarochaeducpatrimonial@yahoo.com.br

al., 2015, p. 29) e do reconhecimento do tema como uma das estratégias para o desenvolvimento na América do Sul.

Atua balizada por cinco linhas de ações: a) fomento à publicação; b) comunicação (site e fórum virtual); c) capacitação; d) institucionalização do processo e parcerias; e e) realização de encontros presenciais inerentes à relação turismo, natureza, cultura e inclusão social, com intuito de colaborar com a reflexão e a ação responsável em áreas protegidas. Bem como, contribuir para o mapeamento e o intercâmbio de boas práticas na atualidade, fortalecendo o diálogo interdisciplinar e interinstitucional com base na temática.

Dividido em oito capítulos escritos por diversos autores membros da Rede, os quais trazem um debate pertinente diante das tendências da atividade turística e dos impactos nas dimensões sócio-cultural-econômica, político-ambiental na contemporaneidade relacionados à prática do turismo em Unidades de Conservação – UC's.

Com a participação de diversas instituições como a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Universidade Paris 1, entre outras, a Rede promove um diálogo interdisciplinar e interinstitucional entre gestão pública, movimentos sociais e a academia em relação à prática de um turismo responsável dentro das UC's no país e América do Sul, visando novos horizontes para o planejamento na atividade turística, onde a mesma pode ter um papel relevante na conservação da biodiversidade e para a inclusão social.

Neste cenário contemporâneo, o posicionamento promovido pelos autores faz interlocução com a tendência crescente do turismo na América Latina e tamanha importância do setor para o Brasil.

É consenso entre os autores que a prática da atividade turística em Unidades de Conservação pode ser importante ferramenta na conservação da biodiversidade, se planejada sob as bases da sustentabilidade.

São recorrentes temáticas como da inclusão social, participação comunitária qualitativa, empoderamento desses atores sociais nas tomadas de decisão na construção de políticas públicas, uso de tecnologia social, educação ambiental e a necessidade de construção de um novo paradigma a partir do ecoturismo, turismo étnico, turismo rural e turismo de base comunitária (TBC).

Mesmo desenvolvido o TBC de maneira incipiente nas Reservas Extrativistas (um modelo de gestão particularmente brasileiro), ressalta-se um movimento de contracultura nesse universo avassalador do turismo de massa que se apresenta insustentável na atualidade, corroborando com as palavras de Zaoual quando diz “que [o turismo de massa] privilegia o lucro imediato e a grande escala, destruindo assim a qualidade relativa dos sítios turísticos” (ZAOUAL, 2008, p. 3 – grifos nossos). Inclui-se a apreensão do patrimônio natural enquanto atrativo e produto mercadológico.

Desta forma, o primeiro capítulo, escrito por Mattos, Rodrigues e Irving traz uma abordagem sobre a Rede TAPIS – Rede Turismo, Áreas Protegidas e Inclusão Social criada para promover interlocuções entre academia, gestão pública

e movimentos sociais, destacando qual o papel da academia em todo esse processo de conservação e preservação nas unidades por meio da inclusão social. Tendo como papel social da Rede, a construção de saberes para além das pesquisas e extensão universitária conectadas a outras redes afins, vislumbrando fortalecimento para que possa intervir nas políticas públicas setoriais e difundir o conhecimento para a sociedade traduzindo o teórico ao prático.

No segundo capítulo, de autoria de Irving, é dado um enfoque ao turismo contemporâneo como representante do ser e existir da sociedade, pois

o turismo transcende o seu significado, a mensagem dos discursos simplistas do mercado. Mais do que um segmento da economia, representa uma via potencial para a transformação social e para a reflexão ética sobre valores, no contexto de uma sociedade em crise (IRVING, 2015, p. 51).

Como estratégia, a conservação da biodiversidade a partir de políticas públicas de inclusão social, através do turismo, pode representar qualidade de vida para os incluídos, atores sociais endógenos, quando consideradas as demandas locais juntamente com os programas de manejo dessas áreas protegidas.

Sendo assim, deixando de ser tais áreas um obstáculo ao desenvolvimento para a sociedade, mas um desafio na articulação entre atores sociais e poder público, além de adequação de infraestrutura e regulamentação de uso desses espaços, numa inovação na gestão que dialogue com tais indivíduos, o meio, suas inter-relações e desdobramentos, em se tratando do planejamento turístico.

Trazendo o discurso da inclusão para além do mercadológico, da geração de emprego e renda, mas sim pelas vias da justa distribuição de benefícios do desenvolvimento e da reafirmação do sentido de reconhecimento dentro da sociedade, a autora sinaliza tal posicionamento como uma das possíveis soluções do planejamento local, num processo de contracultura na perspectiva da sociedade contemporânea do ter.

Corresponsável, o turista é visto como protagonista e agente de transformação social através da prática do ecoturismo sustentável. Reforçando o sentido de pertencimento e a interculturalidade das identidades no lugar turístico, promovido pelo desejo do encontro entre identidades e com a natureza, uma troca subjetiva que dá, recebe e retribui.

Ao utilizar o termo *blindagem* das unidades de conservação, Irving sugere que essa proteção deve ser quebrada e a gestão deve ser compartilhada com a sociedade, promovendo a justa divisão de benefícios ressaltando a vulnerabilidade da atividade.

No contexto da discussão, ampliando a compreensão ao que remete à *blindagem*, a definição do manejo de proteção integral nas UCs pelo SNUC diz que é a

manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais [onde uso indireto é] aquele que não envolve consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais (BRASIL, 2011, p. 5-6 – grifos nossos).

Portanto, *blindar* tais espaços à atividade humana, à inclusão social contraria “o próprio arcabouço legal brasileiro (BRASIL, 2000 e 2006) [que] assegura o protagonismo social no processo e, a necessidade de repartição justa dos benefícios decorrentes da biodiversidade, em consonância com a Convenção da Diversidade Biológica” (IRVING, 2015, p. 74).

A necessidade de planejamento adequado para minimização dos riscos revela a oportunidade ímpar para a atividade e a triangulação turismo, unidades de conservação e inclusão social que vem refletir essa possibilidade.

No terceiro capítulo, os autores Nascimento e Costa trazem uma abordagem relacionada ao processo de inclusão e exclusão da população local, ressaltando que um processo não exclui o outro, ou seja, ninguém está totalmente excluído ou incluído. Na verdade, se apresenta como uma dinâmica simultânea e articulada no espaço sócio-cultural-econômico e político-ambiental, num jogo de poder entre atores sociais envolvidos.

Ressaltam que essa problemática pode ser observada a partir do turismo. Destacam que a percepção é diversa da exclusão ou do seu processo, sinalizando sua subjetividade e que condições históricas, políticas e econômicas determinam as fronteiras desse limiar que se apresentam articuladas, imbricadas. Ou seja, um tipo de exclusão conseqüentemente acarreta outro, mas nenhuma pessoa está completamente excluída da sociedade. É a relativização da noção da exclusão em valores absolutos ou relativos à situação em questão.

A exclusão dos atores locais se revela de um modo geral como punitiva. Em contrapartida, a inclusão social dos mesmos está atrelada ao grau de democratização e disseminação dos direitos alcançados pela sociedade, ainda que esse processo se revele incipiente, até mesmo nos países de tradição democrática e demonstre a necessidade crescente de cada vez mais participação social. Segundo os autores, no âmbito do turismo, a dinâmica é similar. Sendo que a atividade na sua potencialidade pode vir a favorecer também o processo de inclusão social e o desenvolvimento, se bem planejados.

Orbitando sobre o processo de inclusão social e a preservação ambiental, Rodrigues e Irving tratam no quarto capítulo sobre a problematização acerca da formulação e implementação de políticas públicas.

De acordo com as autoras, sob a ótica da atividade turística, a partir do viés do direito de acesso e ao uso dos espaços públicos, da responsabilidade da sociedade mediante legislação do Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza – SNUC e da ausência de legislação de defesa do usuário de serviços públicos, o manejo pode se dar de maneira sustentável ou na forma da “tragédia dos comuns”. Nesse sentido, as concessões a empresários do setor turístico realizadas pelo Estado em Parques Nacionais se apresentam como um mecanismo que permite e incentiva o turismo de forma sustentável ou não em UC’s, uma vez que se faz “necessário examinar as políticas relacionadas ao uso dessas áreas para assegurar que os benefícios decorrentes de sua utilização sejam distribuídos de maneira equitativa para a sociedade” (IRVING e RODRIGUES, 2015, p. 119).

É o racionalismo financeiro da sociedade. Esta forte tendência sinaliza a complexa discussão sobre a privatização e parcerias público-privadas dessas áreas

naturais protegidas. O acesso necessita ser democratizado de forma a não serem interpretados como locais intocáveis da natureza, de uso exclusivo de alguns grupos sociais e a atividade turística pode ser um dos caminhos.

Na sequência, Rabinovici e Irving trazem no quinto capítulo uma reflexão sobre o papel das ONG's e sua relação com o processo de inclusão social nas UC's através da atividade turística. Lembrando que as ONG's ocupam uma lacuna deixada pelo Estado na ausência de prestação dos serviços públicos ao cidadão. Ainda que seja relevante o papel que desempenham na nossa sociedade, uma vez que não se deve simplificar o trabalho desenvolvido por elas, as autoras ressaltam que o viés que as orienta é o economicista. Sendo assim, torna ineficaz em se tratando de sustentabilidade. Em grande parte, necessitando atender as demandas impostas pelos financiadores, compromete a participação comunitária qualificada, negligenciando a participação nas tomadas de decisão e políticas públicas, desconsiderando entre diversos fatores, a inclusão e tecnologia social e os pilares da sustentabilidade.

É o sentido utilitarista que inviabiliza o empoderamento dos grupos locais e recai sobre o sentido de pertencimento dos mesmos. Em contraponto, Rabinovici e Irving ressaltam que há a oportunidade das ONG's ambientalistas serem também, através da atividade turística, uma das estratégias de conservação da biodiversidade, ampliando as reflexões acerca da sustentabilidade do turismo, segundo as dimensões econômica, ambiental, ética, cultural e política e veem no turismo de base local, base comunitária, no étnico e no ecoturismo uma contracultura para forjar o protagonismo local sob as bases da participação comunitária qualificada.

No sexto capítulo, Botelho, Maciel, Gonçalves e Irving trazem uma abordagem sobre a educação ambiental em parques nacionais também com o viés no turismo. Na atualidade, os dados estatísticos revelam a baixa visitação nesses espaços. Considerando que apenas metade dos parques nacionais no país recebe visitação, reflexo do histórico da prática desses espaços como uma natureza intocável, além da falta de estrutura física e de instrumentos de gestão, essa baixa visitação é um dos fatores que denotam o potencial para a apropriação do turismo. Mas os autores defendem a educação ambiental crítica como uma opção da conservação da biodiversidade e alternativa socioeconômica em UC's.

Se faz necessário a implementação de um processo de construção participativa com metodologia inovadora, criativa e crítica desta educação, adequada a cada espaço devido às peculiaridades que possui, envolvendo todos os atores do processo, sendo o guia, além do turista e do morador, um dos vetores de propagação da conservação por meio da prática dessa educação ambiental crítica.

O sétimo capítulo segue com Moraes e Irving trazendo uma abordagem acerca do ecoturismo na Amazônia em UC's de Reserva Extrativista. Uma proposta conceitual e modelo de gestão particularmente brasileira, as RESEX's denotam o ecoturismo como possível alternativa para o desenvolvimento local qualitativo nesses espaços. Sendo uma das vias na construção de políticas públicas para a conservação da biodiversidade e alternativa sócio-econômico-cultural para grupos que vivem nesse modelo de UC's.

O debate é norteado a partir de um estudo de caso da Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema no Acre que aponta a necessidade de empoderamento, de gestão

participativa, criação de parcerias, do protagonismo de atores locais para transformar a realidade da qualidade de vida incipiente. Ressaltam que não é alternativa de fácil realização ou solução mágica, mas uma possível condição na conservação da biodiversidade condicionada aos modos de vida e cultura local, contraponto ao turismo praticado sob a ótica do mercado.

No oitavo e último capítulo, considerando o Turismo de Base Comunitária (TBC) como uma proposta alternativa para a conservação do patrimônio natural e cultural local, Lima e Irving trazem uma reflexão crítica permeando o universo do TBC na região turística de Costa Verde.¹

A abordagem leva em consideração três projetos aprovados pelo edital do Ministério do Turismo (MTur) 01/2008 acerca de comunidades tradicionais locais envolvidas em práticas no segmento. Indicam e destacam dentre diversos fatores pontos convergentes como a capacitação da comunidade e empoderamento local como um caminho para uma melhor solução, e a complexidade e burocracia na prestação de contas dos projetos, falta de apoio da gestão pública como barreiras a serem transpostas.

O TBC é visto como uma proposta alternativa ao turismo de massa muito além do mercadológico, valorizando o patrimônio cultural e natural construindo um novo paradigma para a atividade.

O crescimento urbano e as novas representações das antigas paisagens (ALVIM, 2014) trazem novos olhares em relação à natureza. Neste caso, o acesso às UC's pode ser visto como válvula de escape para o estressante cotidiano da sociedade. Mas, a sua conservação é um desafio.

Tendo em vista uma previsão de aumento considerável do consumo desses espaços (ITPA, 2012), a diversidade dessas unidades de conservação e a legislação incipiente quanto ao uso, é ressaltada a responsabilidade do poder público em prover o planejamento e gestão da conservação de maneira participativa das mesmas, em parceria com a sociedade, pois sua existência está relacionada à questão de integridade social e integração nacional, com grande probabilidade de ser alijada a conservação em detrimento à acumulação de riqueza, mediante a fragilidade de fiscalização, acompanhamento do poder público em caso de privatização e às práticas avassaladoras da sociedade de consumo pelo consumo na contemporaneidade.

São questões que remetem à necessidade de uma reflexão sobre os conflitos dessas inter-relações e os direitos relacionados, uma vez que o Estado deve ser um fomentador da coesão social. Desta forma, o mesmo deve, no âmbito da democracia, permitir e incentivar cada vez mais a participação comunitária qualificada como um dos fatores para o processo de inclusão social. Nesse sentido, considerar que a conservação da biodiversidade é o foco principal das UC's e não o lucro.

Sendo assim, as ideias dos autores nos levam a pensar no turismo sob as bases da sustentabilidade que vem sendo e deve ser cada vez mais utilizado nesses espaços. Devendo ser promovido, principalmente pelo poder público, com vistas à inclusão

¹ Região localizada no litoral sul do estado do Rio de Janeiro, formada pelos municípios de Angra dos Reis, Paraty, Mangaratiba, Itaguaí e Rio Claro (GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2018).

social, evocando cidadania, pertencimento e valorização da natureza em detrimento à priorização da captação das receitas decorrentes dos serviços ambientais. Ou seja, o viés econômico como consequência dos resultados das articulações das dimensões social e ambiental e não o inverso.

Para tal, se fazem necessários atores sociais mais envolvidos e conscientes (DUARTE, 2015) a ponto de perceber seu verdadeiro papel dentro da sociedade e assumir a sua corresponsabilidade com os fatos dentro e fora de sua área de atuação, para contrapor o processo opressor mercadológico do sistema capitalista.

Ao pensar o planejamento turístico, a participação comunitária qualificada na atividade deve ser um pressuposto, pois sua ausência pode culminar em transformações adversas na dimensão social, política, ambiental, ecológica, ética, econômica e cultural. O avanço das drogas na sociedade, a prostituição, o subemprego, entre outras questões pertinentes a um universo degenerativo das relações interpessoais dos atores envolvidos são reflexos da referida ausência.

Valorização, participação das comunidades, gestão horizontalizada são alguns dos recursos que denotam uma reversão do quadro caótico em relação às práticas do turismo sob a ótica economicista na atualidade.

O Ecoturismo pode ser sim um dos caminhos para a conservação desses espaços, pois envolve respeito e valorização da natureza e da cultura local promovendo um diálogo horizontalizado entre os atores sociais. Pois é necessário um processo de corresponsabilidade e legitimação da cidadania.

Enquanto forem mantidos prioritariamente os processos de uma sociedade capitalista, consumista e de acumulação de riqueza os mais variados tipos de exploração, seja imposta ao homem e/ou ao meio natural, permanecerão entre os atores sociais, pressupondo uma indissociabilidade simultânea entre o ambiental, cultural, social, político, ético e econômico ao que tange a sustentabilidade.

Portanto, as estratégias de participação, de educação ambiental, de inclusão social, de empoderamento dos grupos locais serão definidores para o sucesso nas tomadas de decisão e construção de políticas públicas neste universo capitalista ao qual a sociedade está imersa nos dias de hoje.

Quando a sociedade se entender como parte e extensão da natureza, pode ser um importante início de construção consciente aos anseios de viver dela e para ela.

Referências

- ALVIM, A. L. Sobre tantas garopabas: a construção do discurso turístico no litoral catarinense. **Revista Rosa dos Ventos**, p. 217-228, 2014. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/viewFile/2607/pdf_262>. Acesso em: junho de 2016.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza**. Brasília: MMA/SBF, 2011. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/images/arquivos/areas_protetidas/snuc/Livro%20SNUC%20PNAP.pdf>. Acesso em: janeiro de 2018.
- DUARTE, A. S. As perspectivas do meio ambiente e da cultura em uma sociedade de risco. In: CAMPOS, J. B.; PREVE, D. R.; SOUZA, I. F. (Orgs.). **Patrimônio cultural, direito e meio ambiente: um debate sobre a globalização, cidadania e sustentabilidade**. Curitiba: Multideia, 2015, p.75-92, vol. I. [recurso eletrônico].

Disponível em: <http://www.academia.edu/17886595/Patrim%C3%B4nio_cultural_direito_e_meio-ambiente>. Acesso em: junho de 2016.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Site da SETUR**. Cidades Maravilhosas. Costa Verde. Disponível em: <<http://www.cidadesmaravilhosas.rj.gov.br/costaverde.asp>>. Acesso em: fevereiro de 2018.

ITPA – INSTITUTO TERRA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL. **Termo de Referência N° 04/2012**: Fortalecimento e implantação da gestão do uso público para o incremento da visitação nos parques estaduais do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://issuu.com/itpa/docs/tdr-gest__o-de-usopublico__1_?viewMode=presentation&layout=http://skin.issuu.com/v/light/layout.xml&showFlipBtn=true&e=2653175/3237313>. Acesso em: junho de 2016.

ZAOUAL, H. Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? **Caderno Virtual de Turismo**, vol. 8, n. 22, p. 2-14, 2008. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=115415175001>>. Acesso em: janeiro de 2018.

Recebido em 02/12/2016

Aceito em 01/02/2018